



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009828-96.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Assembléia**
 Requerente: **Eliane de Marino Schiavon**
 Requerido: **Fundação Inepar**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

ELIANE DE MARINO SCHIAVON ajuizou ação **DECLARATÓRIA** contra **FUNDAÇÃO INEPAR**, alegando, em resumo, que em 05.04.2004, passou a compor o Conselho Deliberativo da acionada, no cargo de Diretora de Promoção e Ação Social, cujo mandato inicial era de 3 anos. Reeleita pela vez última em 2012, manifestou sua renúncia ao mandato em setembro/2014. A renúncia foi aceita em Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo realizada em 31.10.2014. A ata, todavia, não foi levada a registro pela acionada. Tem justo receio de manter seu nome vinculado à requerida. Pleiteia a declaração de validade da Ata 45, de 31.10.2014, com sua exclusão da diretoria da acionada, a partir de 31.10.2014.

Citada a acionada (pág.111) apresentaram as partes pedido de suspensão do processo, a fim de viabilizar o registro do documento, o que, todavia, não foi providenciado.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

1009828-96.2017.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim já se decidiu:

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

Trata-se de ação na qual a autora pleiteia a declaração da ata de reunião ordinária de assembleia que aceitou sua renúncia.

Em que pese a inexistência de oposição da acionada, que não apresentou contestação, tem-se que o pedido inicial deve ser julgado improcedente.

Analisando a documentação apresentada verifica-se que, entre outros óbices, o documento em questão não pode ter acesso ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, porque elaborado em desconformidade com o estatuto da entidade.

Com efeito, assinala o Registrador que a reunião que acolhera a renúncia da autora não deu atendimento à regra prevista no artigo 17 do estatuto da entidade (pág.42).

De ciência comum que as fundações regem-se por seus estatutos e que a desvinculação da autora haveria de observar, por óbvio, o previsto no regramento interno da entidade.

Portanto, o acolhimento do pedido inicial encontra impedimento no próprio estatuto da entidade, que não poderia, à evidência, ser tangenciado por evento provimento jurisdicional favorável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nessa diretriz, pertinente lembrar que, por conta do princípio da continuidade, mesmo a sentença judicial não seria imune à qualificação registrária e encontraria os mesmos óbices já apontados na apresentação do título extrajudicial.

Portanto, firmada a inobservância das disposições estatutárias, em conformidade com a documentação apresentada nos autos, o pedido inicial deve ser rejeitado.

Isso posto **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **ELIANE DE MARINO SCHIAVON** contra **FUNDAÇÃO INEPAR**, rejeitando o pedido inicial. Na peculiar situação deste processo, reputo inexistente sucumbência, ficando eventuais custas em aberto sob responsabilidade da autora.

P.R.I.

Araraquara, 19 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**